



MANIFESTO
DO FÓRUM BAIANO DA
AGRICULTURA FAMILIAR:
AVANÇAR EM UMA AGENDA EFETIVA DE INCLUSÃO!

O FBAF amadureceu. Nesses cinco anos de construção de agenda comum em busca de uma realidade com menos fome e miséria no campo, avançamos. A nossa agenda teve como eixo o dialogo constante com o Governo Wagner e o Governo Lula. As parcerias surgiram, dosadas com níveis de dialogo e pressão. E neste ambiente, avançaram várias políticas para as famílias no campo. Mas de tudo o que foi feito, em função de que nada até então tinha sido feito, afora os esforços solitários e combativos das organizações e alguns funcionários públicos, abnegados, em alguns órgãos, o que se fez foi pouco diante do fosso histórico de ausência de políticas publicas, de ações concretas, de projetos conseqüentes. O caminho foi aberto por Lula e o Governo Dilma e Wagner deve ter compromisso com uma agenda de inclusão sócio-produtiva e erradicação da pobreza.

Somos co-responsáveis pelo destino que vão ter mulheres, homens e as próximas gerações. Queremos ser parceiros dos Governos. Mas não vamos nos furtar de ir para as ruas estabelecer a pressão necessária quando o caminho do diálogo mostrar-se obstruídos ou pouca efetividade.

A retórica oficial é de prioridades para agricultura familiar e reforma agrária e inclusão produtiva. É, em uma frase, a chamada “porta de saída” do Bolsa Família. Isto deve ser mostrado a partir de três grandes eixos: Consolidação do PPA participativo, orçamento sendo aplicado com o acompanhamento do CAPP, definição clara dos parceiros da aplicação desse orçamento. Nós somos daqueles que acreditamos e buscamos o controle social como mecanismo de democratização do Estado, como vigilância do uso dos recursos públicos.

Há uma imensidão de coisas por fazer. A Bahia é o Estado com mais agricultores familiares do Brasil, mas os outros estados, inclusive os do Nordeste, estão olhando a gente pelo retrovisor. Os avanços que foram sendo implantados nos últimos anos na Bahia correm o risco de irem se perdendo da ausência de sincronia, pelo apego ao discurso em vez da pratica e pela dispersão.

Os Governos Federal e Estadual tem dividas históricas a serem resolvidas. O Semiárido, por exemplo, apesar dos Programas Um Milhão de Cisternas e o Água Para Todos, as ações são insuficientes para que acreditemos que a vida das pessoas melhore e possam perdurar no campo. Luz, água de beber, posto de saúde, sem produção, vão virar esqueletos com o tempo. O jovem continua a sair do campo. Não há o sentimento de sucessão.

O Governo Lula foi fundamental para extirpar a fome crônica, o desespero e a subserviência das frentes de serviço, os saques anuais por conta do flagelo das secas. Minimizou-se a crise do cacau, dos preços dos produtos da cesta básica, assim como outros programas do Governo Estadual como o Topa, a Profissionalização, a interiorização dos recursos da cultura, dentre outros, avançaram. São sinais do compromisso que se tem por uma sociedade melhor. Mas a ausência de políticas estruturantes para o processo produtivo continua a cobrar da biografia dos nossos governantes ações efetivas com resultados duradouros.

Partindo do pressuposto que o objetivo do Governo seja melhorar a qualidade de vida dos baianos e dos que vivem nessa terra em todos seus rincões e não é forçar que quatro milhões de baianos venham para as cidades, é urgente aprofundar em grandes estratégias, como a mudança do sistema de crédito, o aprofundamento da reforma agrária e reordenamento agrário em todo o território baiano, uma política de água para produção, o funcionamento de um verdadeiro serviço de assistência técnica, adequada e adaptada à realidade e desejos da agricultura familiar e reforma agrária, onde a parceria EBDA, Prefeituras e Movimentos, dialogadas nos Colegiados Territoriais ocorram de forma constante, em cima de resultados pactuados e com os bancos sendo convencidos a interagir com os trabalhos, ações de integração produtiva dos jovens e mulheres, dentre outros.

Não é possível em um Governo de Dilma e Wagner ainda haver investimentos sendo feitos através de órgãos do Governo que não tenham efetividade, ao sabor de outros interesses. Em 2007, o Excelentíssimo Senhor Governador, através de decreto, reconheceu os 26 Territórios de Identidade como Unidades de Planejamento de Política Públicas. Efetivamente, as secretarias de Estado, empresas públicas e outros órgãos, com algumas exceções, não empreenderam esforços para buscar atender esta determinação Governamental. E é necessário que os acordos construídos nos territórios sejam implementados, que a estrutura de Governo passe a assimilar

os territórios de identidade. Na Bahia, nos últimos cinco anos, um quantidade significativa dos investimentos federais discutidos e aprovados nos territórios estão emperrados na Caixa Econômica Federal. Qual o compromisso real com o fim da pobreza?

Os pobres do campo tem endereço. Por outro lado precisamos de um endereço central no Governo, que possa assumir o papel de liderar um processo amplo e participativo de concertação das políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento Rural Sustentável, onde se estabeleça um diálogo franco com o Fórum Baiano da Agricultura Familiar.

Temos a convicção: de que a efetividade de uma política de desenvolvimento com inclusão deve passar por um processo de planejamento, articulado com as estratégias de combate a pobreza com inclusão sócio/produziva, mediado pela articulação política do Governo. As secretarias e órgão de governo devem dispor de técnicos e estruturas para viabilizar as alternativas possíveis, mais sem fugir do eixo estratégico da política do governo. Deixar, como vem ocorrendo, que as diversas secretarias construam seus próprios caminhos, dizendo, no papel e na propaganda, que estão executando as prioridades de Governo, termina por ser um processo desarticulado e sem foco e quem sofre com isso é quem tem pressa, por que tem filhos e filhas e fome.

Queremos parceria com a Assembléia Legislativa. No meio de nós há lideranças que votaram em cada um dos deputados da base do Governo. Isso é relevante, mas não é central. O que é central é que precisamos avançar em um marco legal que inclua a agricultura familiar, a reforma agrária, a economia solidária como centros de desenvolvimento e inclusão social para o Estado. Somos uma força social e produtiva indispensável ao conjunto da sociedade, mas do ponto de vista legal somos tratados como párias. É necessária a aprovação da lei da agroindústria familiar; regulamentação da Lei da Educação do campo e conseqüente política de execução; a regulamentação da lei de cooperativismo; a revisão da legislação sobre terras da Bahia; um tratamento tributário específico para os produtos oriundos da agricultura familiar, quando processados e comercializados por cooperativas da Agricultura Familiar; tratamento específico para empresas que queiram se associar à essas cooperativas para empreender cadeias produtivas em novos parâmetros diferenciados de integração.

Nos municípios, fome é encarada como uma paisagem que sempre esteve ali, sem saída, sem políticas, dependendo de ações externas. E a atenção é para a grande indústria, o grande negocio. A eles, tudo. Inclusive o que não pedem. É necessário que os prefeitos atentem para o papel da agricultura familiar para o desenvolvimento local.

Não basta fazer um pouco melhor! Para enfrentar a fome, que tem pressa, fazer um pouco melhor é desrespeito, é falta de solidariedade, é desumanidade. É assalto da esperança do jovem, da criança. A desculpa que se dá para os muitos casos é o da Governabilidade. E ai se governa um pouco para os muitos, e continua o muito para os poucos. E é com pressão social que vamos tencionar para avançar.

Queremos conchamar a grande imprensa a olhar com outros olhos para o segmento. Ir na essência dos problemas. Nesse sentido, não basta realizar publicações sucintas e superficiais, como feita em 2010 por jornal de grande circulação no estado. Queremos contribuir para se ir mais adiante.

O país está deixando de ser um Brasil Rural com gente, mas a Bahia continua, felizmente, com quatro milhões de baianos na meio rural. Do que se chama urbano, mais de 80% das cidades baianas têm na agricultura familiar a sua base de sustentação econômica. E as médias e grandes cidades da Bahia não têm vagas para novos contingentes de migrantes, vide os índices de desemprego na juventude, de violência, a qualidade da habitação, a qualidade da oferta dos serviços públicos.

Por fim, ressaltamos o caráter deste manifesto. Trata-se de uma síntese das reflexões realizadas nos últimos tempos pelas organizações, movimentos e entidades que integram o fórum. Este manifesto será complementado com proposições e sugestões de políticas estratégicas para auxiliar a implementação das ações governamentais, a serem entregues ao excelentíssimo Governado em audiência já solicitado por este fórum.

O FBAF, desse modo, quer estar em parceria com os Governos, com o poder legislativo, mas, entretanto, luta por um Brasil Rural com gente e gente feliz!

AGRICULTURA FAMILIAR, AS MÃOS QUE ALIMENTAM A NAÇÃO!